

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

PROGRAMA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO JUVENIL

1. A JUVENTUDE

1.1 UM CONCEITO EM MUDANÇA

A juventude não é um conceito universal e imutável, com significados equivalentes em todas as culturas e épocas. É antes, uma construção histórica correspondendo a diferentes concepções em distintos momentos de acordo com o contexto político, social, cultural e económico.

No século XIX a juventude, enquanto conceito, praticamente não existia, na medida em que o passo da infância à idade adulta era praticamente imediato.

Com a consolidação das sociedades industriais ganha peso e corpo o próprio conceito de juventude entendido então como uma mera etapa de transição para a vida adulta.

A globalização e modernização têm determinado o desenvolvimento de novas subjectividades na condição juvenil particularmente visíveis na ampliação dos seus "limites" tanto no sentido ascendente como descendente. Torna-se hoje assim simplista, irreal e incompleta a consideração da juventude apenas como uma etapa de transição. A nova condição juvenil define-se como uma etapa da vida que tem sentido em si mesma, e que, portanto, se deve viver na plenitude. Além disso deixou de ser uma condição que se possa definir com parâmetros fixos desde uma imaginária homogeneidade social e regulada sequência de eventos. A incorporação na "sociedade adulta" não é homogénea. É um processo descontínuo, reversível, incerto, condicionado pela escassa relação entre os estudos e o emprego, pela precariedade laboral dos jovens, pela dificuldade em obter habitação própria, etc.

Como tal a idade é um referente biológico e normativo importante, mas insuficiente. A juventude é um conceito social que transcende o fenómeno demográfico. Requer novas aproximações e novas perspectivas que situem os jovens como sujeitos da vida política, social, cultural e económica da sociedade.

1.2 UM CONTEXTO COMPLEXO

A condição juvenil do início do séc. XXI é bastante mais complexa do que há alguns anos atrás e as profundas transformações que se estão a produzir nas nossas sociedades são de uma profunda transcendência para os jovens.

A crise do sistema de ensino e dos valores de estabilidade que a ele deviam estar associados; o caos na formação profissional, com uma oferta ligada fundamentalmente à obtenção de fundos comunitários e frequentemente desligada das necessidades da economia real; os elevados níveis de desemprego e de emprego precário e a desregulamentação dos mercados laborais que afectam de forma especial e profunda o sector juvenil convertendo o trabalho de elemento configurador da identidade num elemento de instabilidade; as limitações no acesso à actividade cultural e desportiva; as dificuldades na obtenção de habitação própria e, consequentemente, na assumpção de uma vida autónoma e independente; o processo de globalização que não só amplia o “campo de jogo” ao plano internacional como modifica substancialmente as realidades e contextos no interior do ambiente social mais próximo; as mudanças nas formas tradicionais de socialização, onde a família tradicional perde peso; um contexto social dominado por ideologias que acentuam a responsabilidade das pessoas sobre a sua própria posição social determinando o predomínio de valores individuais contrários à lógica da solidariedade e da cooperação... conduzem a um novo cenário complexo onde o espaço, as formas e os meios de intervenção dos jovens têm alterado substancialmente.

Este quotidiano complexo, marcado por problemas e dificuldades diversas, limitam a concretização das suas aspirações e a sua inserção na sociedade e colocam a Juventude portuguesa perante contradições, tensões e paradoxos relevantes.

São simultaneamente a geração com mais acesso à educação e menos acesso ao emprego; mais acesso à informação e menos acesso ao poder; maior apetência para a sociedade de comunicação e opções de autonomia menores; maior aptidão para a mudança produtiva, contudo maior exclusão da mesma; maior autonomia moral e menor autonomia material...

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

As mudanças sociais abordadas e a redefinição do conceito de juventude não são compatíveis com as Políticas de Juventude de sempre; exigem necessariamente novas Políticas de Juventude adaptadas às transformações sociais dos novos tempos orientadas com o objectivo estratégico da emancipação dos jovens.

A nova concepção de juventude deve transportar uma nova perspectiva para as Políticas de Juventude: o reconhecimento dos jovens como um sector de cidadania com entidade própria e diferenciada, com circunstâncias e necessidades específicas que exigem políticas públicas que tenham em conta a sua realidade desigual

relativamente aos adultos e dentro do próprio colectivo, disponibilizando os recursos e as competências que permitam assumir a plena cidadania.

Desde esta perspectiva, as Políticas de Juventude são políticas de definição e construção de cidadania, políticas através das quais se proporcionem elementos que permitam aos jovens capacidades, enquanto cidadãos, para elaborar o próprio projecto de vida e participar na construção de projectos colectivos. São políticas para a emancipação, entendendo a emancipação como um conceito amplo que não se restringe à esfera individual, mas que contempla também uma esfera colectiva. Devem assim incorporar na esfera individual: Políticas de inserção laboral e de combate à precariedade laboral juvenil; de habitação jovem; de educação. Na esfera colectiva: Políticas de informação para o exercício da cidadania; de impulso de processos participativos na esfera pública; de dinamização associativa.

Em torno do desafio estratégico da emancipação as Políticas de Juventude devem incorporar princípios orientadores de:

- Transversalidade e Integralidade

Um conceito integral de juventude e portanto um conceito de Políticas de Juventude com um campo de actuação amplo e interrelacionado requer uma estratégia de desenho global que relacione os diversos âmbitos da vida dos jovens: habitação, trabalho, educação, saúde, cultura e participação...

A integralidade das políticas supõe ao nível operativo a necessidade de articular redes a diferentes níveis: redes de trabalho que incorporam diferentes escalas territoriais de acção; redes de transversalidade que incorporam diferentes ópticas de trabalho sectorial; redes de capital social que incorporam os recursos e as dinâmicas associativas dos jovens.

- “ Empowerment”

As políticas de juventude devem superar elementos de paternalismo geracional e institucional que por vezes as orientam. Para tal necessitam de fugir de perspectivas adultocráticas e desenhos pouco participativos. Pelo contrário, a criação de dinâmicas participativas deve servir para formular Políticas de Juventude enraizadas em elementos endógenos da identidade e realidade juvenil. Devem conter assim uma alta intensidade democrática, criando espaços de geração de autonomia e autodeterminação, nos projectos pessoais, e de poder na construção de projectos colectivos. Mais do que receptores das Políticas de Juventude, os jovens devem ser protagonistas activos na construção de novas políticas.

- Atenção à diversidade

Já referimos que a Juventude não é homogénea. Por isso as Políticas de Juventude devem considerar a diversidade e a desigualdade social, ética, territorial, física ou psíquica, social cultural e de género para garantir a igualdade de oportunidades a todos os jovens do país e facilitando a transformação social. Particularmente os jovens com incapacidades intelectuais, motoras ou sensoriais, na sua dupla condição de jovens e portadores de deficiência, têm um alto risco de exclusão social em todos os sectores da vida: educação, trabalho, habitação, capacidade económica, lazer, cultura, participação, mobilidade, autonomia, etc. São necessárias assim Políticas de Juventude capazes de contribuir para uma sociedade mais inclusiva que promova a igualdade de direitos e deveres entre todos os cidadãos e de luta contra situações que possam ser geradoras de processos de exclusão social.

- Políticas criativas orientadas pela aprendizagem social

As Políticas de Juventude devem estar abertas à inovação, e construir-se por processos de aprendizagem social, experimentação e negociação, mais do que por processos de programação tecnocrática. Por outro lado a transversalidade educativa, que abarca o âmbito escolar ou universitário mas também o território sociocultural, é factor chave para a construção de uma cidadania jovem.

- Proximidade

A heterogeneidade da Juventude exige respostas de proximidade como factor decisivo de Políticas de Juventude que assumam o quotidiano e a diversidade dos jovens como valores. No entanto, proximidade não deverá significar “auto-suficiência”. A sua eficácia e eficiência implica a existência de Políticas Nacionais capazes de liderar e dotar de finalidade estratégica ao articular redes de trabalho interinstitucional.

3. AGENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE

3.1 O ASSOCIATIVISMO JUVENIL

São cerca de 1200 as associações juvenis em Portugal que dão quotidianamente resposta às mais diversas necessidades sociais de forma cada vez mais organizada articulando um amplo movimento baseado numa aposta livre, desinteressada e solidária.

Genericamente elas contribuem para melhorar a qualidade de vida da sociedade e caracterizam-se por ser entidades abertas, dispostas a acolher qualquer pessoa interessada nos seus objectivos e nas suas iniciativas.

As associações juvenis têm revelado ser um importante factor de desenvolvimento pessoal mas também um imprescindível motor de desenvolvimento social. São, por um lado, escolas de cidadania, espaços de participação, de trabalho em equipa, de aprendizagem contínua. Por outro, contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, defendendo os interesses dos jovens especialmente aqueles em situação de desvantagem social, colaborando na resolução de necessidades sociais concretas e gerando, com originalidade, novas e propostas alternativas de melhoria das comunidades.

As associações juvenis trabalham na prossecução de fins sociais fundamentais: defesa do meio ambiente, a inserção social de jovens e colectivos em situação de exclusão; prevenção de marginalidade; defesa dos direitos humanos; desenvolvimento das comunidades na promoção da cultura, do desporto e da educação...

Nestes domínios têm uma acção determinante incidindo directamente e instantaneamente nos problemas fazendo de alavanca na busca de soluções, criando estrutura social e dando cobertura a ideias e movimentos transformadores.

Os valores que as associações juvenis promovem – justiça, solidariedade, entrega, responsabilidade, cooperação, consciência social... – são valores irrenunciáveis para o bem estar da sociedade.

Ao darem protagonismo público aos jovens e potenciando a sua participação e cultura participativa contribuem para garantir os direitos de cidadania, reforçando a componente democrática da sociedade e uma visão plena do exercício dos direitos e deveres dos cidadãos: participar, em democracia, tem que significar mais do que votar a cada quatro anos!

No entanto, a articulação de uma estratégia que vise a sua máxima rentabilização social, exige o conhecimento das suas principais virtualidades – que importa aprofundar – e das suas debilidades que retraem o seu dinamismo, fragilizam a sua organização e afectam a sua sustentabilidade – que importa combater.

3.1.1 PRINCIPAIS DEBILIDADES

- Falta de reflexão interna e de estratégias globais

Grande parte das associações está imersa no activismo. A realização das actividades da associação e a sua sustentação ocupam quase todo tempo não havendo disponibilidade para rever o que se faz e como se vai avançando para alcançar os objectivos. Falta reflexão interna, análise, autodiagnostico e autocrítica colectiva. Para além disso carecemos de uma estratégia global. Grande parte das iniciativas são pontuais, paliativas, descontinuas... não há projectos globais, nem no que diz respeito à maneira (estratégica) de abordar os problemas e necessidades sociais com que trabalhamos, nem no que diz respeito aos nossos próprios modelos organizativos.

- Carência na formação dos membros

Na imensa maioria dos casos, os dirigentes e membros activos das associações têm aprendido com a experiência quotidiana e carecem de formação específica para as funções e tarefas que desenvolvem. Além disso as tarefas requerem cada vez mais capacidades e conhecimentos, pois a sua complexidade tem crescido grandemente nos últimos anos. Isto traduz-se em maiores dificuldades tanto em termos organizativos como na planificação, gestão e avaliação das acções de forma adequada: Muita improvisação, pouca planificação...

- Insuficiência de recursos - difícil sustentabilidade das organizações

Os nossos recursos são instáveis pondo em perigo a continuidade dos projectos e a sustentabilidade das organizações.

Por outro lado as nossas fontes de receita são pouco diversificadas. Em muitos casos, não somos capazes de conseguir novos meios económicos e de melhorar os níveis de auto financiamento. Carecemos de estratégias de marketing social para produzir recursos próprios ou atingir novas fontes. Como consequência temos um financiamento dos nossos projectos associativos de alto risco (poucas fontes de financiamento, maior risco) e de elevada dependência (mais exposta a crises e instrumentalização).

- Insuficiente articulação

Temos um associativismo atomizado e fragmentado.

Genericamente As associações estão centradas em si mesmas, na sua dinâmica interior. O reduzido intercâmbio inter-associativo conduz ao subaproveitamento da experiência de cada associação e a um certo auto-isolamento em relação aos seus

problemas. Apesar de alguns avanços neste domínio continua-se sem coordenar devidamente esforços.

- Insuficiente projecção pública

Há sérias dificuldades para romper o silêncio dos meios de comunicação, para difundir a nossa realidade associativa no espaço social. Só atraímos a atenção dos meios de comunicação quando há uma catástrofe ou algum escândalo em que estejam implicadas as associações (feliz ou infelizmente são raros!)

Os nossos próprios meios de comunicação são inexistentes, insuficientes ou inadequados. A comunicação é um assunto no limbo dos pendentes na maior parte das associações.

3.1.2 PRINCIPAIS VIRTUALIDADES

- Os jovens

A nossa principal força são os jovens que mantêm vivas as associações. O seu entusiasmo, inquietude social, consciencialização perante os problemas e necessidades sociais, vontade de compromisso pela melhoria e transformação da realidade, são bases poderosas. Nesses grupos que sustentam as associações existe uma forte motivação, sentido de responsabilidade pelo trabalho comunitário que desempenham, pela consecução dos objectivos e metas a que se propõem.

Acreditamos convictamente no que fazemos. Esta implicação, motivação, força e energia de pessoas unidas para um mesmo fim desagua num grande potencial criativo e explica a capacidade de sobrevivência das associações apesar das dificuldades.

- Os valores éticos que defendemos

O altruísmo, a solidariedade, o compromisso social e o esforço voluntário, o diálogo e a cooperação na busca da mudança social, etc. Esses valores éticos e atitudes sociais são ainda mais importantes e significativos porque são socialmente escassos, por não estarem na “moda” nas nossas sociedades.

- Espaços de relação interpessoal e articulação de necessidades e interesses sociais

As associações nascem de interesses e necessidades individuais, de pessoas que se somam umas às outras e que os convertem em objectivos comuns, expressando e articulando necessidades e interesses sociais. As associações são espaços que favorecem a coesão social, a comunicação e as relações interpessoais. A sua capacidade de reunir e organizar grupos humanos (o grupo é mais que a soma das partes), de fortalecer as relações pessoais, de estimular a autoajuda, etc. Tem maior importância numa sociedade em que o individualismo, a competitividade e a falta de comunicação são valores dominantes.

- A proximidade aos problemas e necessidades sociais e o conhecimento da realidade

O contacto directo das associações com os seus destinatários, a sua imersão na realidade social concreta, o conhecimento imediato dessa realidade, a proximidade às necessidades e problemas dos jovens. São características que fazem com que as associações detectem com rapidez as necessidades e exigências sociais o que se traduz na sua capacidade de actuar no concreto e de responder com agilidade. Os

nossos objectivos e finalidades não são abstracções: respondem às necessidades reais dos sectores juvenis.

O movimento associativo tem acumulado uma grande experiência ao longo destes anos, tanto quantitativamente (trajectória, presença, volume de projectos, etc) como qualitativos (conhecimento das necessidades, desenvolvimento de metodologias de intervenção social, etc.). As associações são uma referência imprescindível para conhecer a realidade e as necessidades juvenis.

- A criatividade, capacidade de adaptação, flexibilidade

As associações juvenis têm revelado uma notável capacidade de adaptação a condições de permanente instabilidade. Temos desenvolvido uma ampla flexibilidade para nos adequarmos às mudanças políticas, orçamentais, de contexto, de condições de trabalho, etc.

Somos entidades pouco hierarquizadas, horizontais, flexíveis na nossa organização, mais adaptáveis às mudanças que outras estruturas (públicas, privadas, etc) e isso facilita respostas ágeis.

Temos capacidades para trabalhar, lutar com poucos meios maximizando os recursos, com imaginação e criatividade para continuar a perseguir os nossos objectivos. Essa criatividade traduz-se também na capacidade para inovar, para desenvolver estratégias e novas iniciativas com recursos escassos.

Nas associações temos aprendido, com muito esforço, a superar obstáculos com firmeza, sabendo onde queremos chegar, não nos detendo perante as dificuldades. Temos demonstrado consistência, capacidade para desenvolver e sustentar os nossos projectos associativos.

- Capacidade de acção

Ocupamos um amplo campo de acção, porque estamos presentes em todo o território e porque abarcamos todos os campos temáticos e de acção, chegando onde não chegam as administrações públicas, desenvolvendo iniciativas e estratégias diferentes de outros agentes públicos ou privados.

Somos agentes de transformação social num ambiente próximo e temos uma importante capacidade de iniciativa, de intervenção, de acção e de realização de projectos.

Desenvolvemos iniciativas e projectos dirigidos aos sectores sociais mais vulneráveis, os que maiores apoios sociais necessitam.

As associações têm cada vez mais capacidade para gerir recursos e levar a cabo mais e melhores projectos.

- A heterogeneidade, a diversidade e a pluralidade

A variedade, a pluralidade a diversidade do tecido associativo, nos seus campos de acção e nas suas experiências, na suas formas de organização e estilos de trabalho. Esta diversidade traduz-se numa pluralidade de respostas às necessidades sociais e numa ampla oferta de actividades e alternativas. Este ponto forte é tanto mais destacável quando associações diferentes são capazes de somar e coordenar os seus esforços.

No entanto, esta força potencial converte-se facilmente numa debilidade se não se aproveita, se não se exercita como foi assinalada na análise das nossas debilidades

- Incidência Política

As associações são espaços e plataformas de participação social e política. Realizamos uma importante tarefa de pedagogia social, informando sobre diferentes realidades e problemáticas e sensibilizando a sociedade acerca das necessidades, direitos, etc. Temos capacidade para denunciar, reivindicar, informar,

propor e actuar. Podemos mobilizar a opinião pública para influir em processos sociais e em políticas públicas.

As associações promovem o espírito democrático, a participação social, a cooperação e o diálogo. Fomentamos a cidadania activa e defendemos e reivindicamos valores éticos. Temos um notável poder social concreto, apesar desta potencialidade ser só um ponto forte quando se pratica, quando se exerce.

3.1.3 OS DESAFIOS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO JUVENIL

Analizadas as virtualidades e debilidades do movimento associativo juvenil, confrontados os seus pontos fortes e fracos, devemos ser capazes de implementar estratégias que nos permitam superar dificuldades endógenas e potenciar as suas riquezas. Necessitamos de:

- Maior reflexão interna e auto-análise nas associações

Necessitamos de mais tempo e espaços para a auto-análise, a auto-avaliação, o auto-diagnóstico, o auto-conhecimento e a reflexão colectiva nas associações. É preciso rever velhas formas de gestão e organização. É necessário repensar o papel do sector associativo neste momento de mudança: quais os seus objectivos? Quais as formas de actuação? Como deve proceder à gestão? Necessitamos de rever e reinventar os projectos associativos quando estes se revelem esgotados.

- Melhorar a formação dos membros

Necessitamos de melhorar a formação dos membros das associações: dos dirigentes, membros activos, voluntários e profissionais contratados. Esta formação deve ser entendida de forma global, aberta e dirigida a promover uma renovação integral da vida associativa. Não deve só compreender a aprendizagem de técnicas de gestão que permitam obter maiores recursos económicos e administrá-los melhor ou o conhecimento das obrigações legais, jurídicas e administrativas, mas também contemplar factores e mecanismos inerentes ao processo organizativo e participativo das associações. A formação e a aprendizagem, em todas as suas formas, é a chave para a eficácia e eficiência associativa.

- Melhorar a participação interna

Necessitamos de fortalecer a motivação de todos os membros das associações, potenciar a autoestima colectiva e fortalecer a coesão, a implicação e participação de novas pessoas. Os recursos humanos são a peça fundamental do sector associativo, por isso há que cuidá-los. Não podemos cair na tentação de prescindir da participação em nome de uma pretensa agilidade ou eficácia de gestão. Necessitamos de diversificar as formas de participação para adequá-las às distintas possibilidades e situações dos jovens que queremos implicar, para que todos possam participar.

- Fortalecer a cooperação entre associações e o trabalho em rede

A cooperação entre associações são possíveis respostas a muitas das nossas necessidades. O trabalho em rede pode permitir melhorar a formação, o aproveitamento dos recursos, o impacto da acção, a influência do sector diante das administrações, etc. Necessitamos de melhorar o conhecimento mútuo, a comunicação, a colaboração e a cooperação. A cooperação interassociativa não é uma possibilidade, é uma necessidade se queremos fortalecer-nos e melhorar a eficácia social da nossa acção.

- Ampliar, diversificar e estabilizar recursos

As associações necessitam de conseguir novos recursos, económicos e materiais, para poder levar a cabo a sua missão social. Necessitamos de gerar recursos próprios, diversificar as fontes de financiamento actuais fortalecendo a autonomia e independência e conseguir a eficácia social das acções.

- Melhorar a comunicação

Necessitamos de melhorar os sistemas de comunicação e difusão de nossas actividades. Melhorar a comunicação: para os associados, os destinatários, a sociedade, as administrações públicas, etc. Dar-nos a conhecer, projectar-nos na sociedade, dar visibilidade aos nossos projectos. Não podemos actuar na clandestinidade! Isso deve servir para conseguir um melhor conhecimento e valorização social das associações, um maior conhecimento dos temas e necessidades sociais em que trabalham, uma maior sensibilização da população que contribua para fomentar a participação no nosso ambiente.

3.2 A ADMINISTRAÇÃO

As Administrações devem considerar As Políticas de Juventude um eixo central de estratégias globais. As Políticas de Juventude não podem ser apenas a gestão assistencial de um sector da população nem uma oferta cultural que complemente a do mercado: não há estratégia política nem desenvolvimento sustentado sem que a emancipação dos jovens tenha um papel central.

A intervenção da Administração na emancipação dos jovens só é possível considerando as condições, expectativas e percursos individuais dos jovens mas também a sua relação e projecção social.

A intervenção pública é imprescindível em âmbitos decisivos para os jovens como a informação, a cidadania, a igualdade e a inserção social: é necessária uma informação que não esteja ao serviço de "propagandas", tem que ser clara, acessível e objectiva constituindo um instrumento de igualdade, adaptada às condições e necessidades de cada um; é necessário garantir o exercício pleno da cidadania, sem discriminações, baseado na liberdade, tolerância, autonomia e responsabilidade social; é necessário compensar desigualdades geradas no contexto de cada jovem através da prevenção, o estímulo à autonomia, o ensino público e universal e a eliminação de todos os obstáculos que dificultam a emancipação.

Na esfera colectiva a administração tem de disponibilizar as linhas necessárias para que os jovens e as jovens se possam organizar, recursos para poderem desenvolver projectos de grupo e dispôr de espaços e equipamentos para desenvolver actividades.

A plena emancipação assume-se quando os jovens têm os meios necessários para converter-se em protagonistas activos e cidadãos de pleno direito. Isto é, quando os jovens têm capacidade de propor, decidir, executar e avaliar as políticas públicas em espaços de participação reais.

Potenciar a participação, a cultura participativa e os direitos de cidadania é uma exigência que se coloca à Administração para reforçar a componente democrática da sociedade.

O conceito de participação que defendemos é o modelo associativo, onde cidadãos organizados integram processos colectivos para a tomada de decisões e sua execução. Este modelo é o que permite educar para o compromisso, a responsabilidade, a organização e a dimensão colectiva. Isto é qualitativamente diferente do compromisso participativo pontual (voluntariado) sem margem para a intervenção nos mecanismos de tomada de decisão.

A administração deve assim promover o modelo de participação associativo dando resposta às problemáticas do sector e apostando por um novo modelo de gestão, dando prioridade à participação colectiva e aprofundando mecanismos de co-decisão.

Promover o associativismo e dotá-lo de uma maior afirmação social e política é um esforço tanto da Administração, que tem de reconhecer os actores existentes no debate público, como do movimento associativo que tem de coordenar-se e trabalhar conjuntamente.

Para um impulso ao associativismo de base a administração deve ser capaz de pôr em marcha políticas activas que permitam consolidá-lo e promover a implicação dos jovens.

O conjunto de princípios aqui enunciados em muitos domínios parece amplamente consensualizado e pontuam reiteradamente o discurso político. São sucessivas as declarações de intenções em que o reconhecimento da importância do movimento associativo juvenil é elemento central...

É por isso inaceitável não ousar avançar! Ser consequente pressupõe:

I. Na área da fiscalidade

- A criação de um **regime de contabilidade simplificado**, adequado à realidade associativa, que dê, por um lado, transparência à vida financeira das associações, mas que não represente, por outro, um entrave à sua actividade;
- A adequação da política fiscal ao fim público prosseguido pelas Associações Juvenis com consagração de **benefícios fiscais**, designadamente em sede de IVA, de forma a consagrar o reembolso de imposto pago em aquisição de viaturas equipamentos e infra-estruturas destinados à realização dos fins estatutários das associações;
- Facilitar a capacidade de diversificação do financiamento associativo e consequentemente a sua sustentabilidade através da **redefinição da actual Lei do Mecenato**, clarificando-se e reconhecendo as peculiaridades do Associativismo Juvenil;
- A isenção de preparos e custas judiciais;
- A Isenção das taxas previstas na legislação sobre espectáculos e divertimentos públicos;
- A Isenção quanto aos emolumentos nos pedidos de certidões de não divida às finanças e à segurança social;
- Os demais benefícios fiscais atribuídos às pessoas colectivas de utilidade pública;

- II. O **APROFUNDAMENTO DA CO-GESTÃO** nas estruturas da Administração relacionadas com a política de juventude, à qual deve ser conferido conteúdo efectivo de modo a incorporar os jovens no processo de decisão aos mais diversos níveis.
- A consagração da legítima **participação do Associativismo local no Conselho Consultivo da Juventude**;
 - A atribuição de **poderes efectivos aos Conselhos Consultivos Regionais** do IPJ, conferindo-lhes um papel interventivo, permitindo que a discussão dos problemas tenha reais consequências;
 - O reconhecimento da importância das Federações Regionais atribuindo-lhes o direito de indicar um elemento para os respectivos Conselhos Regionais;
 - A atribuição do direito à FNAJ de indicar um **representante no Conselho de Administração do IPJ**;
 - A reformulação da estrutura jurídica da Movijovem e FDTI, no sentido de permitir a co-gestão com o movimento associativo;
 - A **optimização dos espaços públicos**, muitas vezes infra-utilizados, através da abertura à co-gestão ao movimento associativo;
- III. Para um maior desenvolvimento qualitativo da actividade das Associações Juvenis, é absolutamente necessário dotá-las de **RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS**.
- A criação do **Estatuto do Animador Juvenil Voluntário**, que reconheça finalmente a função dos cidadãos que tanto têm contribuído, ao longo de décadas, para a formação/educação dos jovens, reconhecendo, simultaneamente, a importância do trabalho de animação nas associações juvenis, criando condições para o seu reforço e credibilização. Acreditamos que o Estatuto do Animador Juvenil contribuirá para uma melhoria progressiva da qualidade da animação juvenil, promovendo o enquadramento deontológico das práticas de animação e reforçando a segurança e valor pedagógico das actividades dirigidas aos jovens;
 - A assunção por parte do IPJ, ou de uma organização a criar, da **certificação da actividade das associações** no domínio da formação de animadores, garantindo um conjunto de conhecimentos e competências, para o desempenho com seriedade e responsabilidade da função de animador;
 - A criação de linhas de apoio que permitam a contratação de profissionais por parte do movimento associativo juvenil;
 - A Consagração da área de **formação como prioritária** na aplicação das regras do PAAJ e o favorecimento de projectos de coordenação associativa neste domínio;
 - Que os excedentários da função pública possam ser requisitados para prestarem serviço nas associações a exemplo do que acontece em alguns países europeus;
 - A não limitação do estatuto de dirigente associativo aos funcionários públicos com menos de 30 anos, entendendo esta medida não como uma regalia do dirigente mas como um instrumento de qualificação;

- O reconhecimento da importância da educação não formal em espaço associativo valorizando-a designadamente no acesso ao ensino superior.

IV. Suporte à actividade associativa

- Prioritário o esforço na **CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS** para a juventude, com a comparticipação quer da administração central quer das autarquias, de forma a vencer esta séria limitação ao desenvolvimento associativo;
- A consideração das associações juvenis nos incentivos ao arrendamento;
- A aplicação de **programas plurianuais** que permitam a viabilização dos projectos mais onerosos e que conduza à alteração significativa da realidade em termos da estabilidade e sustentabilidade dos projectos associativos;
- A criação de uma **linha de apoio à eliminação das barreiras arquitectónicas** nas associações de forma a permitir a participação de todos os jovens – as nossas sedes não podem ser mais um factor de exclusão;
- A disponibilização de suporte técnico e reforço do económico, tanto para o funcionamento das estruturas como para os seus projectos de intervenção;
- A capacidade de utilização de equipamentos públicos, em especial as escolas fora dos horários escolares, beneficiando-se assim de uma rede de instalações e serviços juvenis em todo o território;
- O reforço do papel das federações constituídas pelo associativismo juvenil fomentando a coordenação associativa e a sua capacidade para encontrar soluções conjuntas, capazes de disponibilizar competências logísticas comuns.

V. A Modificação do funcionamento dos órgãos do Estado que se relacionam com o associativismo juvenil

- Uma marcada redução da estrutura hierárquica, administrativa e burocrática do IPJ e a aplicação de mecanismos de **acompanhamento técnico da actividade associativa**, abandonando a tentação de efectuar um controlo burocratizante e inútil;
- Uma revisão de muitas disposições administrativas vigentes, corrigindo factores de irracionalidade;
- A **promoção do acesso dos jovens à informação**, deve ser encarada como uma área prioritária, devendo-se assumir com clareza a criação de um Centro Nacional de Informação Juvenil, descentralizado e com participação activa das associações na gestão e animação da informação, de modo a assegurar uma maior igualdade de oportunidades a todos os jovens.

4. TRABALHO INTERINSTITUCIONAL

4.1 COOPERAÇÃO INTERASSOCIATIVA

Já referimos que uma das características da realidade do sector associativo juvenil é a elevada multiplicidade quantitativa, tanto sectorial como territorial. O sector associativo apresenta-se de forma extremamente fragmentado ou atomizado.

Esta realidade não é necessariamente negativa e é mesmo reveladora de alguns aspectos importantes. Do ponto de vista da sua natureza demonstra uma grande vitalidade e dinamismo e apresenta um associativismo gerado por uma cultura de liberdade enquanto expressão livre de compromisso e de solidariedade dos jovens com a comunidade que não é possível parameterizar. Fazê-lo seria limitar ou cortar a sua existência ou a sua liberdade. Por outro lado a identificação do associativismo juvenil a territórios concretos ajuda a explicar um grande mosaico associativo no país. Trata-se de um movimento que se consolidou de baixo para cima que tem no factor proximidade uma das suas principais virtualidades.

No entanto a atomização do sector, fruto da sua natureza e actuação, apresenta uma série de desafios a superar. É necessária uma substancial relação interassociativa para transportamos o conjunto do associativismo juvenil para novos patamares de qualidade. Para isso é necessário que se criem dinâmicas que melhorem o trabalho conjunto, o trabalho em rede, superando o sentido competitivo - contraditório com o espírito do associativismo - apostando numa nova cultura organizacional através do reforço revitalização e aparecimento de federações.

A dinâmica do trabalho em rede não deve ser estranha ao sector associativo: trata-se de extrapolar a própria natureza do sector e de partilhar prioridades e necessidades.

Os resultados positivos de algumas experiências federativas são exemplos que importa consolidar. O desafio é dar estabilidade e continuidade a essas estruturas enquanto exemplos palpáveis e garantias reais e objectivas do trabalho em rede entre entidades.

Só esta aposta será capaz de enfrentar os défices estruturais do sector: consolidando o seu reconhecimento enquanto movimento; melhorando a interlocução e a representatividade; reforçando uma imagem coerente na comunidade e junto os agentes públicos e privados; ampliando a capacidade de acção e de integralidade perante novas necessidades; melhorando a projecção das acções e optimizando, por efeito de escala, os recursos.

4.2 COOPERAÇÃO ADMINISTRAÇÃO / ASSOCIATIVISMO

Podemos dizer genericamente que não está consolidado em Portugal a percepção da coisa pública como um âmbito de responsabilidade colectiva, de intersecção da intervenção do estado e da dinâmica social organizada. A juventude da nossa democracia não permitiu ainda superar este défice.

No entanto a envergadura das necessidades e riscos sociais da Juventude não nos permite prescindir de nenhum dos possíveis dispositivos de resposta: Administração e Movimento associativo juvenil. É impossível encontrar soluções para os principais problemas sociais de forma unilateral. Num momento em que coincidem fenómenos

como a globalização, capitalismo exacerbado, e a redução da margem de acção dos poderes públicos, o binómio desresponsabilização social / impotência institucional é particularmente perigoso.

Os dois sectores são chamados assim a fortalecer-se nos seus valores específicos e capacidades distintas como a melhorar e potenciar as sinergias, valores comuns e missões paralelas. Isso exige que não haja uma visão estreita entre os dois sectores: nem o associativismo juvenil é apenas um prestador de serviços, nem a administração apenas um financiador.

É preciso assim abandonar a desconfiança entre os sectores, apostando no diálogo e cooperação; abandonar tentativas de controlo hierárquico; “dividir” tarefas em função das necessidades sociais e de quem é mais eficaz na sua resolução.

Perseguindo estes objectivos propomos concretamente que se:

- Elabore um contrato entre os poderes públicos e o movimento associativo;
- Mude mecanismos de relacionamento que prevê penalizações para o incumprimento apenas de um sector (o associativismo);
- Adapte o funcionamento, horários e trâmites administrativos à realidade juvenil;
- Estabeleça um código ético das estruturas da administração relativamente à participação;
- Simplifique a gestão burocrática que impera no relacionamento entre os sectores.